

APLICABILIDADE DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES

Janderson Teixeira Silva¹
Maria Aparecida Pimenta²

RESUMO: A contabilidade ambiental surgiu com o propósito de mensurar as informações de natureza ambiental, além de sua correta classificação e avaliação. Surgiu também com a preocupação das empresas com os problemas ambientais e passou a ter mais relevância quando os consumidores passaram a ter seus olhares voltados ao desenvolvimento sustentável, buscando produtos que, além de boa qualidade e menor custo, não causem danos ecológicos, o que vem pressionando muito as empresas a melhorarem seus processos produtivos a fim de reduzirem os danos ambientais e melhorarem a credibilidade perante a sociedade e investidores. Dentro dessa ótica, é de suma importância entender a aplicabilidade da contabilidade nas organizações. Afinal, quão necessária é essa ferramenta para as empresas e para o meio ambiente? Com isso, o objetivo desse artigo é esclarecer os principais aspectos da contabilidade ambiental, salientando sua importância e aplicabilidade dentro das organizações. Atualmente, a contabilidade tem um papel muito importante, pois através de suas técnicas de lançamentos, análises, registros e auditoria se tornam possível ter registrar informações ambientais que, de certa forma, acaba sendo uma ferramenta competitiva, visto que os consumidores buscam produtos que, além de oferecer qualidade e bons preços, não causem danos ecológicos. Conclui-se que as empresas que adotam o desenvolvimento sustentável não tenham sua continuidade ameaçada, visto que empresas que não se preocupam com o meio ambiente podem sofrer punições previstas na legislação ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Empresas. Danos. Sociedade. produtos.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que analisa os dados de eventos que acontecem no patrimônio para fornecer informações aos usuários sobre a situação patrimonial da organização.

A partir deste contexto, pode-se definir contabilidade ambiental como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões. (PAIVA, 2003).

¹Aluno do curso de Ciências Contábeis, ILES/ULBRA - GO

²Professora do curso de Ciências Contábeis, ILES/ULBRA - GO

Teoricamente não parece ser muito difícil seu entendimento e aplicação, mas na prática existem algumas dificuldades que impedem o uso destas informações, sendo a principal dificuldade a segregação das informações de natureza ambiental das outras informações da empresa e sua correta classificação e avaliação contábil.

Mas com o crescimento da consciência ambiental, por parte dos consumidores, tem modificado os padrões de consumo, que se tornou uma importante arma em defesa do meio ambiente quando as empresas que buscam oportunidades através do crescente aumento no número de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras. Estas ações tendem em aumentar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso onde a atuação mercadológica e marketing verde tornam-se instrumentos de educação ambiental. (BARBIERI, 19997).

Neste contexto, tem-se notado uma grande preocupação por parte dos consumidores com a preservação do meio ambiente e,consequentemente, uma maior responsabilidade com a documentação pertinente aos aspectos ambientais e, ainda, uma conscientização ampla com relação à preservação do meio ambiente, ao controle do uso da natureza, dos impactos e riscos de se obter produtos que não sejam, ecologicamente, sustentáveis.

Dentro desta ótica, é de suma importância entender a aplicabilidade da contabilidade nas organizações. Afinal, quão necessária é essa ferramenta para as empresas e para o meio ambiente?

O desenvolvimento do presente artigo tem o objetivo de esclarecer a importância e aplicabilidade da contabilidade ambiental dentro das organizações. A partir desse objetivo principal faz-se necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos: apresentar a origem e evolução da contabilidade ambiental, trazer as principais normas e ferramentas ligadas à prática de contabilidade ambiental e mostrar os benefícios das empresas aplicarem a contabilidade ambiental em suas atividades.

Para tanto, faz-se necessário justificar que, socialmente, o tema em questão é de extrema relevância, tanto para estudantes quanto para os gestores de diversas empresas devido às ações antrópicas, tais como o desmatamento e a poluição das águas, provocando graves problemas à vida animal e a constituição social. Discutir e buscar soluções para que se amenizem os efeitos de tais ações, tornam-se, a cada dia, mais relevantes e indispensáveis em todo o cenário mundial.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Origem e evolução da contabilidade ambiental

A origem da contabilidade veio da necessidade de registrar e ter controle, sabendo que o ser humano, na antiguidade (sociedade antiga), já tinha meios para controlar os seus patrimônios. Iudicibus (2005, p.31) afirma que “a Contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem que pensa”.

A Contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo analisar o patrimônio e gerar informações para todos os usuários. É a ciência que analisa os dados de eventos que acontecem no patrimônio, visando fornecer informações aos usuários sobre a movimentação patrimonial de determinada organização. Com a Contabilidade Ambiental não é diferente, porém, ao invés de se analisar o patrimônio e auxiliar os gestores com os dados gerados, ela tem por objetivo a preservação do meio ambiente, sendo composta por diferentes ferramentas, dentre elas, os ativos e passivos ambientais, os custos ambientais, as despesas e as receitas ambientais (LIMA, 2001).

A Contabilidade Ambiental surgiu em 1974, quando as empresas começaram a se preocupar mais com os problemas ambientais, ganhando maior relevância após a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano que ocorreu em Estocolmo, onde as pessoas começaram a se preocupar mais com o clima, poluição, efeito estufa e outros. Com o ritmo de industrialização acelerado, tem-se uma degradação do meio ambiente maior que se representa pela exaustão e poluição dos recursos naturais, o que exigiu uma reavaliação nos conceitos em função de um desenvolvimento sustentável, tanto por parte dos gestores quanto por parte dos consumidores. Estes conceitos se reforçaram na década de 90 a partir da ECO/92 e também por causa do agravamento dos problemas ambientais de forma geral (CARVALHO, 2011).

2.2 Desenvolvimento sustentável

Após a metade do século XX, a humanidade passava por uma delicada fase, pois estava frente a uma crise social e ambiental. Com isso, a ONU (Organização das Nações Unidas), através de inúmeros estudos referentes às mudanças climáticas, deu origem ao termo “desenvolvimento sustentável” (EMILIANOFF, 2006).

Um relatório denominado “Nosso Futuro Comum” foi desenvolvido durante o processo preparatório à Conferência das Nações Unidas (Rio 21). Três anos de análises e pesquisas foram retratados no relatório, bem como informações colhidas durante esses anos sobre tudo que se refere ao uso da terra, serviços e questões sociais, administração do crescimento urbano, entre outros fatores. Foi ressaltado que o desenvolvimento sustentável está associado em conseguir atender necessidades do presente sem que haja comprometimento em atender as necessidades das gerações futuras (VEIGA, 2005).

O desenvolvimento sustentável visa à conservação do uso racional de recursos naturais e a proteção dos mesmos nas atividades produtivas das organizações. O desenvolvimento sustentável para Canepa (2007) caracteriza-se como “um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro”

2.3 Evidenciação Ambiental

A evidenciação dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais possibilitam que a entidade mostre suas ações em relação ao uso dos recursos naturais e a sua sustentabilidade, atendendo às exigências legais e as dos consumidores.

Para a Contabilidade Ambiental, a definição de ativo ambiental engloba todos os bens que foram obtidos para a manutenção do meio ambiente, "Ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente." (TINOCO, 2004).

Nesse sentido, pode-se então, definir o passivo ambiental como todos os recursos ou obrigações que são adquiridas com a finalidade de preservar o meio ambiente ou pode ser definido também como o prejuízo ou dano ambiental causado pela entidade no transcorrer de suas atividades, ou seja, é toda obrigação, contraída voluntária ou involuntariamente, destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental. (SANTOS, 2001).

Os custos e as despesas ambientais são definidos como "gastos (consumo de ativos) que são aplicados direta e indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. (SANTOS, 2001).

O custo ambiental é o consumo de recurso empregado pela entidade no processo produtivo com intuito de mitigar, monitorar e prevenir os danos ambientais. (SOUZA, 2015).

As despesas ambientais são aquelas relacionadas aos gastos gerais com o meio ambiente que não estejam diretamente ligados ao processo produtivo da empresa. (SOUZA, 2015).

As receitas ambientais originam-se de recursos provenientes da venda de produtos reciclados ou comercializados como matéria-prima para outras atividades que podem ser reutilizados no processo produtivo da própria entidade. O conceito das receitas ambientais se assemelha bastante ao utilizado pela contabilidade geral para definir as receitas, sendo decorrente da prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo, venda de produtos reciclados, receita de aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de matérias-primas, redução do consumo de energia, redução do consumo de água, participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente. (TINOCO 2008).

Assim então, a contabilidade ambiental dentro de um sistema contábil possui grande capacidade de aplicação, fornecendo informações que atendem as particularidades de cada usuário, trazendo ainda, dados da Agência de Proteção Ambiental dos EUA que indicam as suas principais aplicações: Contabilidade Ambiental Nacional, Contabilidade Ambiental Financeira e Contabilidade Ambiental Gerencial. Onde a Contabilidade Ambiental Gerencial utiliza informações disponibilizadas pela Contabilidade Financeira e pela Contabilidade dos Custos para auxiliar os gestores nas tomadas de decisões relativas à entidade, proporcionando uma melhora no controle, preservação e restauração do ecossistema. (SANTOS, 2001).

Similarmente, a Contabilidade Ambiental Financeira tem como missão a identificação, avaliação e evidenciação de eventos econômico-financeiros relacionados à área ambiental e presta-se o papel de instrumento de reporte e comunicação entre empresas e sociedade. (PAIVA, 2003).

2.3 O olhar da sociedade para as questões ambientais

A rápida degradação ambiental ocorrida nos últimos anos despertou a população, de um modo geral, para a necessidade do cuidado com o meio ambiente.

Neste contexto, o meio ambiente pode ser definido como o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que integram a camada da Terra chamada biosfera, sustentação e lar dos seres vivos. (TINOCO, 2004).

Sendo assim, a degradação excessiva do meio ambiente e a depleção exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo e, com isso, o meio ambiente vem atraindo, cada vez mais, atenção e interesse. (TINOCO, 2004).

A preocupação com o meio ambiente surgiu após a Segunda Guerra Mundial, a partir da qual a sociedade percebeu que os recursos naturais não durariam para sempre e que seu uso demasiado sem praticar atos de preservação acarretaria no fim da raça humana.

A partir desta ótica, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser aprofundado a partir do ano de 1968, quando vigorou o Clube de Roma, onde seus membros eram responsáveis por analisar o crescimento econômico e o uso de agentes subtraídos da natureza. (MELO, 2012).

Clube de Roma: Grupo organizado em 1968 por economistas e intelectuais de todo o mundo. Dentre os objetivos fundamentais do Clube estavam a avaliação minuciosa do processo de desgaste ambiental e a difusão sobre os perigos da devastação para um futuro próximo.(CORAZZA, 2005).

Com base nessa preocupação, os clientes começaram buscar produtos, além da busca de boa qualidade e menor custo dos produtos ofertados, que não causem danos ecológicos. Tais fatos trazem vantagens tanto para a organização que poderá reduzir custos, matéria-prima, multas, além de manterem seus colaboradores motivados e empenhados, como para o meio ambiente que poderá ser explorado sem ser completamente danificado.

Sendo assim, faz-se necessária a adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que são instrumentos de gestão que possibilitam a uma organização de qualquer dimensão ou tipo, a fim de controlar o impacto de suas atividades no ambiente. (TINOCO, 2004).

2.4. Principais normas e ferramentas ligadas à prática da contabilidade ambiental

As empresas, cada vez mais pressionadas em melhorar seu processo produtivo para diminuir os impactos ambientais gerados resultantes de suas atividades, estão se vendo obrigadas a aperfeiçoar seus processos para reduzir os danos ambientais.

Entretanto, no Brasil, a Contabilidade Ambiental praticamente inexistente através de normas reguladoras. A Comissão de Valores Mobiliários, através do Parecer de Orientação n.º 15/87, sugere uma nota no Relatório da Administração quanto aos investimentos efetuados em prol do meio ambiente, onde no item referente à proteção ao meio ambiente pede a descrição e objetivo dos investimentos efetuados e o capital aplicado.

Assim, o modelo de gestão ambiental mais utilizado em todo o mundo é o regido pelo ISO 14001 (ISO 2014) e trata de uma referência certificável em forma de requisitos que exigem uma série de procedimentos e iniciativas, sem determinar como devem ser executados, além de exigir que a legislação ambiental local seja cumprida, assim como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON) propõem normas sem obrigatoriedade para fazer a demonstração das informações decorrentes do meio ambiente. A NBC T 15 foi aprovada em 2006 e visa divulgar informações de natureza social e ambiental.

Segundo a NBC T 15 as informações da Natureza Social e Ambiental a serem divulgadas pela empresa são: geração e distribuição de riquezas, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação com o meio ambiente.

A NPA – 11- criada pelo IBRACON em 1996 aproxima a Contabilidade da questão ambiental com o objetivo de defesa e proteção contra danos à natureza que ponha em risco a existência humana. Essa lei tem por objetivo determinar que os valores decorrentes de investimentos na área de Meio Ambiente sejam apresentados em títulos contábeis específicos tanto no Ativo Ambiental como no Passivo Ambiental ou mediante notas explicativas. (LIMA, 2012).

No Brasil, o governo lança, em 1995, sua iniciativa ambiental e cria o protocolo verde que inclui questões ambientais para liberação de créditos dos seus principais bancos, entre eles, o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Estado da Amazônia (BASA) e o Banco Nordeste.

Também existem algumas leis que tratam a questão ambiental, dentre elas podemos destacar:

A lei nº 6.938, de 17/01/1981 discorre sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, a qual define que o poluidor é obrigado a indenizar por todos os danos causados ao meio ambiente, independente de ter sido voluntário ou não. (SICON, 1981).

A Lei nº 7.347, de 24/07/1985, trata da ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico. (SICON, 1985).

A Lei nº 7.735, de 22/02/1989 cria o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis tem como finalidade executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais. (SICON, 1985)

2.3 Benefícios das empresas aplicarem a contabilidade ambiental em suas atividades

A Contabilidade Ambiental surgiu com o objetivo de se tornar a protetora do meio ambiente, auxiliando através de suas técnicas a proteger o meio ambiente, bem como analisar a empresa como um sistema aberto que interage com o seu meio ambiente onde existe a entrada de recursos, o seu processamento e a saídas de produtos e serviços. Assim, torna-se importante analisar quais foram os recursos ambientais utilizados pela empresa, bem como os produtos e os resíduos resultantes do processamento desses recursos.

Na medida em que a organização, ao fabricar seus produtos, demonstre uma preocupação com o consumo dos recursos naturais e adote medidas para a proteção ambiental, aumenta a sua credibilidade em suas atividades, diminuindo a possibilidade da empresa apresentar passivos contingentes ambientais, o que irá provocar a necessidade de reparação por danos a terceiros ou ao meio ambiente.

Hoje, a sociedade está mais conscientizada dos problemas sociais e ambientais. Desta forma, naturalmente, optará pelo consumo de produtos não só ecologicamente elaborados, mas também daqueles oriundos de empresas que desenvolvam e patrocinam programas sociais com objetivo de proporcionar uma vida social e ambientalmente saudável. (CARDOSO 2001).

Atualmente, a Contabilidade Ambiental assumiu um papel muito importante no contexto dos assuntos ambientais, visto que, através de técnicas de lançamentos, análises, registros e auditorias, conseguiu manter um registro do patrimônio da empresa.

O progresso nas questões relacionadas com o meio ambiente demanda das empresas uma melhor utilização dos seus recursos, pois as empresas poluidoras terão sua continuidade ameaçada por concorrentes que utilizam novas tecnologias e aperfeiçoam a utilização dos recursos ou, simplesmente, perderão seus clientes por não atenderem a demanda por produtos que não agredam o meio ambiente desde o processo produtivo, durante sua utilização até o descarte.

2.4 Contabilidade Ambiental dentro das empresas

A sustentabilidade vem ganhando força e causando um grande impacto nas gestões das empresas. Com isso, a Contabilidade Ambiental é importantíssima para limitar o uso de recursos naturais, registrar todas as atividades que tenham impacto com o meio

ambiente, proporcionando benefícios, sendo alguns deles: melhoria da imagem corporativa, maior controle do impacto de ações, auxílio nas tomadas de decisões, padronização de processos (FERREIRA, 2000).

A Contabilidade Ambiental é utilizada de diversas maneiras dentro de uma empresa, podendo ser aplicada para ajudar na identificação e alocação de recursos como ferramenta na hora de avaliar os riscos e tomar decisões, avaliar as medições de consumo de insumos e/ou toda e qualquer atividade que tenha relação com impactos ambientais. A contabilidade, quando relacionada a informações, permite que haja um controle maior no que se diz respeito ao desempenho ambiental, à exposição do balanço ambiental e proporciona melhoras na imagem institucional por deixar transparentes suas responsabilidades ambientais (IUDÍCIBUS, 2000).

Independente da forma como a Contabilidade Ambiental será aplicada dentro de uma empresa, ela sempre está em busca de procurar fornecer informações que atendam as particularidades de cada usuário do qual ela prestará serviço (DONAIRE, 1995).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de Pesquisa

Para atingir os objetivos propostos foram realizadas pesquisas com cunho descritivo, bibliográfico e documental para a resolução do problema proposto. A pesquisa bibliográfica foi realizada e embasada através de citações de autores retiradas de livros que estão disponíveis na instituição ILES/ULBRA –Itumbiara – GO, em visitas a diversos webs sites e plataformas virtuais de pesquisa científica, dando embasamento à realização do estudo. Além dos meios já citados, também serão inclusos, nesta pesquisa, dados obtidos por meio de consultas a livros, artigos, periódicos, entre outros. A pesquisa bibliográfica não é mera reiteração do que já foi feito ou escrito sobre certo assunto, mas faculta uma análise de um tema sob nova perspectiva ou abordagem, chegando assim a uma finalização contemporânea. (MARCONI, LAKATOS, 2010). Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica é estruturada a partir de material já formulado, possibilitando ao pesquisador a cobertura de um grande número de ocorrências muito mais vasta do que aquela que conseguiria investigar diretamente (CHINAZZO, MATTOS e WEBER, 2009).

Uma análise e explanação foram concretizadas neste estudo através de uma leitura analítica com a finalidade de ordenar e abreviar as informações nela contidas que

possibilitasse a conquista das respostas ao problema da pesquisa. Para seleção das fontes foram consideradas como critério de integração as bibliografias que mostrassem importância e aplicabilidade da contabilidade ambiental nas organizações.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: I) Leitura de reconhecimento e seleção do material utilizado; II) Registro das informações extraídas das fontes que estiveram de acordo com o tema proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito avaliar a aplicabilidade e a importância da Contabilidade Ambiental para as empresas e para o meio ambiente, buscando esclarecer os principais aspectos desta e, ainda, salientando as principais normas e ferramentas ligadas ao uso da mesma e mostrar a visão da sociedade perante as organizações que se preocupam com os danos ambientais causados por suas atividades.

A Contabilidade Ambiental é de extrema importância para as empresas. Através dela é possível ter uma visão melhor e mais ampla, permitindo que haja redução de riscos, prioridades estratégicas que visam um futuro mais sustentável.

Foi possível notar que as empresas que adotam a Contabilidade Ambiental como ferramenta estão conseguindo benefícios significativos, além de prevenir que sua continuidade seja ameaçada.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir aos gestores como toda e qualquer outra pessoa sobre a Contabilidade Ambiental, sua importância dentro das empresas e para o meio ambiente. Espera-se, também, que possa contribuir para estudos futuros sobre o tema e/ou temas relacionados.

ABSTRACT

Environmental accounting arose with the purpose of measuring environmental information, as well as its correct classification and evaluation. It arose with the concern of companies about environmental problems and became more relevant when consumers began to focus on sustainable development, looking for products that in addition to good quality and lower cost do not cause ecological damage, which has been putting a lot of pressure on consumers. Companies to improve their production processes to reduce environmental damage and improve credibility with society and investors. Nowadays accounting plays a very important role because through its launching, analysis, recording and auditing techniques it is possible to record environmental information, besides being a factor of competitive advantage as

consumers look for products that offer good quality. And good price, do not cause ecological damage, and companies that adopt sustainable development is not endangered, as companies that do not care about the environment can be punished by environmental legislation.

Keywords:Environmental accounting.Companies.Damage. Society.PRODUCTS.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. Competividade Internacional e Normalização Ambiental. In **Anais IV** Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, nov. 1997.

LEI nº 7.735 de 22/02/1989 – Lei de criação do IBAMA. 1989. Disponível em: www.6.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=132735 . Acesso em: 04 nov. 2018.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CORAZZA, R. I. Tecnologia e Meio Ambiente no Debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de GeorgescuRoegen. Revista Economia. Brasília (DF), v.6, n.2, p.435–461, jul, 2005. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n2p435_461](http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n2p435_461.pdf) .pdf. Acesso em: 04 jun. 2019

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

EMELIANOFF, Cyria. Les Villes Durables: L'émergence de nouvelles temporalités dans de vieux espaces urbains. In: MAGALHÃES, Roberto Anderson de Miranda. **A Construção da Sustentabilidade Urbana Obstáculos e Perspectivas**. Brasília-DF: III Encontro da ANPPAS, 2006.

FERREIRA, Tadeu. **Temas Contábeis em Destaque – Passivo Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Introdução a teoria da Contabilidade**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, Luiz Henrique Moraes de. **Controle do Patrimônio Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2003. Pareceres CVM. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare015.html> > . Acesso em 5 nov. 2018.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, A. R. et al. **Contabilidade Ambiental: uma contribuição da ciência contábil a sustentabilidade da gestão ambiental**. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/>> . Acesso em: 04 nov. 2018.

SICON. Sistema de Informações do Congresso Nacional. Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action> . Acesso em: 04 nov. 2018.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.